

União vai economizar Cz\$ 4,26 tri com Orçamento

Mesmo assim, aumentou os recursos de oito órgãos e ministérios e atendeu o pedido de 14 áreas

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

O Orçamento Geral da União para 1989, encaminhado ontem ao Congresso, representou uma economia de recursos de Cz\$ 4,26 trilhões (23 bilhões de dólares) se forem considerados os pedidos de dotações orçamentárias encaminhados por cada área da administração federal (que reivindicavam Cz\$ 6,4 trilhões) e o valor efetivamente destinado pela Seplan (Cz\$ 2,1 trilhões), que atendeu ao pedido de 14 áreas, aumentou as verbas de oito órgãos e ministérios e reduziu drasticamente as propostas dos demais.

No entanto, em relação aos recursos do Tesouro que a administração federal dispõe para atender às suas despesas correntes e de capital ao longo de 1988 (Cz\$ 2,75 trilhões), os cortes determinados pela Seplan ficaram em Cz\$ 624,7 bilhões. Este é o valor da Operação Desmonte em sentido restrito, correspondendo exatamente à perda de receita da União para os Estados e municípios.

O total destes cortes — que a Seplan não soube quantificar — deve elevar-se a cerca de Cz\$ 1,2 trilhão se forem incluídas as reduções de subsídios (Cz\$ 225 bilhões, dos quais Cz\$ 183 bilhões somente para a compra e equalização de preços do açúcar para exportação), os cancelamentos de programas e projetos que terminam normalmente em dezembro próximo (como o saneamento financeiro de Estados, municípios e bancos estaduais).

Na versão definitiva enviada ontem ao Congresso, caíram substancialmente: a Câmara dos Deputados sofreu um corte de apenas Cz\$ 1,9 bilhão, o mesmo valor cortado no Senado, enquanto o Poder Judiciário perdeu apenas Cz\$ 4 bilhões (dos quais Cz\$ 3,9 bilhões na Justiça Eleitoral, que não estava na mira originalmente). A Justiça do Trabalho, que deveria perder Cz\$ 5,9 bilhões pela versão original, sofreu uma perda de apenas Cz\$ 166,4 milhões.

Os cortes foram pesados na própria Seplan, como se planejou inicialmente no Anexo I da

Operação Desmonte, divulgado em primeira mão pelo **CORREIO BRAZILIENSE** no último dia 14: por conta principalmente de transferências de encargos e tarefas aos municípios, este órgão perderá Cz\$ 226 bilhões. O Ministério da Agricultura perdeu Cz\$ 20 bilhões (corte original seria de Cz\$ 17,8 bilhões) e o Ministério da Educação sofreu um corte de Cz\$ 45,6 bilhões (inicialmente seria Cz\$ 43,4 bilhões).

O Ministério da Previdência e Assistência Social, que deveria sofrer um corte de Cz\$ 8,7 bilhões na versão original preparada pela assessoria econômica da Seplan, acabou registrando uma redução de Cz\$ 1,2 bilhão. O Ministério da Saúde, que deveria perder Cz\$ 10,3 bilhões, perdeu Cz\$ 24,5 bilhões, por conta das transferências de encargos aos Estados. O Ministério do Trabalho, que perderia apenas Cz\$ 739 milhões, sofreu um corte de Cz\$ 14,7 bilhões.

O Ministério do Interior, que perderia Cz\$ 54,4 bilhões, teve uma redução em sua dotação para 1989 de apenas Cz\$ 23,5 bilhões. O Ministério dos Transportes, que deveria perder Cz\$ 91,5 bilhões pela proposta original, acabou sofrendo um corte de Cz\$ 125,9 bilhões, porque os encargos referentes a rodovias foram transferidos aos Estados. Minas e Energia perdeu Cz\$ 84,1 bilhões, contra os Cz\$ 6,9 bilhões programados.

O Ministério da Fazenda, que deveria perder Cz\$ 6,7 bilhões, sofreu um corte de Cz\$ 4,7 bi-

lhões. E o Ministério da Justiça perdeu Cz\$ 3,3 bilhões (contra Cz\$ 5,2 bilhões originalmente planejados). O Ministério da Habitação não foi extinto, como a Seplan propôs originalmente, mas perdeu praticamente todas as suas verbas, sofrendo um corte de Cz\$ 112 bilhões. E o Ministério da Reforma Agrária perdeu Cz\$ 29,4 bilhões.

Vários órgãos tiveram aumentos de verbas, em relação às propostas enviadas à Seplan. O Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Constituinte, havia pedido Cz\$ 32 bilhões para 1989 e tinha apenas Cz\$ 12,5 bilhões no orçamento de 1988, mas acabou recebendo Cz\$ 28 bilhões para atender aos seus "projetos especiais". O Estado-Maior das Forças Armadas pediu Cz\$ 21 bilhões — e vai receber este valor, embora em 1988 tenha uma verba de apenas Cz\$ 19 bilhões.

Também o Ministério da Aeronáutica recebeu uma dotação superior à deste ano, para atender basicamente ao programa de construção do caça supersônico AMX: para este ano o órgão teria apenas Cz\$ 121,3 bilhões, mas pediu Cz\$ 211,7 bilhões para 1989 e receberá Cz\$ 150,4 bilhões. O Ministério do Exército, que pediu Cz\$ 525 bilhões mas dispunha em 1988 de apenas Cz\$ 96,2 bilhões, acabou sendo contemplado com uma dotação de Cz\$ 127,9 bilhões. O Ministério da Indústria e do Comércio, que pela proposta original perderia apenas Cz\$ 19,2 bilhões, acabou recebendo uma dotação de Cz\$ 200 bilhões, quando sua verba para 1988 era de Cz\$ 160 bilhões.

E o Ministério da Marinha, que dispõe de Cz\$ 80,8 bilhões para 1988, receberá em 1989 o equivalente (a preços de junho/88, como todos os números da proposta orçamentária) a Cz\$ 115,4 bilhões. No Ministério da Cultura os cortes ficaram como planejados originalmente pela Seplan: Cz\$ 1,9 bilhão. Na Ciência e Tecnologia, que seria extinto pela versão original, não houve corte real: o órgão dispõe de Cz\$ 72,7 bilhões para este ano, havia pedido Cz\$ 163 bilhões para 1989 e vai receber Cz\$ 78,5 bilhões.